

A Crise do Governo Lula e a Conjuntura Política Brasileira

Carlos Eduardo Martins¹

Aportes, Revista de la Facultad de Economía, BUAP, Año X, Número 30, Septiembre -Diciembre de 2005

O cenário político brasileiro apresenta sinais de crise e instabilidade que tornam bastante incerta a reeleição de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República, em 2006.

Eleito, em 2002, por uma ampla maioria da população que rejeitou, como em quase toda a América do Sul, as experiências neoliberais dos anos 1990, e por uma vasta aliança que reunia segmentos da esquerda ao centro, em nome da retomada do desenvolvimento econômico, do emprego e do investimento produtivo, Lula articula-se, ainda durante a campanha eleitoral, ao capital financeiro internacional e nacional, desmontando durante seu governo a base político-eleitoral que o fez largamente vitorioso.

Ele opta por uma política de terceira via que busca estabelecer um “neoliberalismo social”. Na base deste neoliberalismo social está a recuperação da capacidade dos gastos do Estado para viabilizar as políticas sociais compensatórias. A estratégia para isso é a contenção e o controle da dívida pública. Mas a sua grande contradição é a

de que esta contenção se desenvolve por meio da expansão dos superávits primários governamentais (oriundos das diferenças entre suas receitas e gastos) para reduzir os déficits operacionais (que incluem o pagamento de juros) e seus efeitos cumulativos sobre a dívida. A necessidade de obtenção de superávits fiscais é intensificada pela manutenção de uma política de política monetária ortodoxa, que prioriza o combate à inflação e eleva os juros. O resultado é o comprometimento das políticas de desenvolvimento, de geração de empregos e, mesmo, das políticas compensatórias, ineficazes para erradicar a fome e reduzir a pobreza, promessas do governo Lula. Ao ultrapassar a metade do seu mandato, os índices de desemprego permanecem bastante altos, não baixando do patamar dos 10%, e a renda real do trabalhador se deteriora, não se recuperando da forte retração de 2003.

Essa opção de estratégia política revela-se bastante equivocada para as esquerdas. Nos Estados Unidos, onde se afirmou com mais sucesso e contou com melhores condições estruturais, não conseguiu enfrentar uma “versão fascista de neoliberalismo”, que utiliza a fraude e o terror como instrumentos para compensar na competição po-

¹ Doutor em Sociologia (USP) e pesquisador da REGGEN e LPP.

lítica os seus resultados sociais e econômicos deletérios. O espaço orçamentário para cortar gastos militares e a adoção de uma política externa multilateralista, de aceitação e contenção do declínio hegemônico, permitiu que a redução de gastos públicos, que viabilizou a queda da dívida pública e seus juros, não representasse uma contradição significativa com as políticas sociais. Mas tornou persuasivo para muitos o argumento neoliberal da devolução de impostos ao contribuinte, uma vez que a população apenas lentamente sentia o benefício dos superávits fiscais alcançados pelo governo. A magra vitória de Gore sobre Bush, que o expôs a fraude eleitoral, tem sua raiz no compromisso da terceira via com o mercado financeiro indexado pelos neoliberais.

Na América Latina, onde não há o mesmo espaço para cortes de gastos públicos primários sem comprometer o alcance social das políticas públicas, a viabilidade da terceira via é muito mais reduzida. Uma breve olhada em nossa história recente indica as suas limitações na região. A deposição de De la Rúa, na Argentina e de Lúcio Gutierrez, no Equador, evidenciam o rápido desgaste das coalizões que eleitas sob a crise do neoliberalismo, findam comprometendo-se com ele. Inversamente, os governos que o enfrentaram e realizaram programas efetivos de retomada do desenvolvimento e de inclusão social exibem alta popularidade e o fortalecimento de suas bases sociais. São o caso dos governos Hugo Chávez, na Venezuela, e de Nestor Kirchner, na Argentina. Chávez, eleito em 1998 com 56% dos votos, reelegeu-se em 2000 com 60% e pôde enfrentar a ruptura do Movimento ao Socialismo (MAS) com a coalizão governamental, porque ao ampliar

sua legitimidade, fortaleceu a de seu partido, Movimento Quinta República (MVR), alcançando 58,5% dos votos no referendo de 2004 a seu governo. Kircher, por sua vez, mantém 70% de popularidade após dois anos de governo.

A escolha de uma política de terceira via pelo governo Lula acentua aceleradamente seu desgaste que se desenvolve em três dimensões articuladas:

a) A queda de sua popularidade. Esta pode ser observada na deterioração dos seus índices de avaliação pública e nos resultados negativos alcançados pelo Partido dos Trabalhadores e a sua base aliada nas eleições municipais de 2004, quando perderam o controle de cidades importantes, como São Paulo, pela força econômica, e Porto Alegre, que esteve por desesseis anos sob gestão petista, além de alcançarem péssimo desempenho em cidades onde a candidatura de Lula havia obtido cerca de 80% dos votos em 2002, como Rio de Janeiro e Salvador. Tendo iniciado seu mandato com 75% de popularidade, Lula viu cair a 29%, em junho de 2004, índice pouco superior ao de Fernando Henrique Cardoso nas eleições de 2002. A recuperação do crescimento econômico permitiu uma suave elevação para 41%, às vésperas das eleições municipais de 2004, mas em 2005, a elevação dos juros, o retorno à estagnação e as denúncias de corrupção a pressionaram novamente para baixo, fazendo atingir 35%, em junho.

b) A deterioração de sua governabilidade. Esta vincula-se ao desmonte da coalizão eleitoral vitoriosa e de seu programa ideológico, com sua substituição pela aliança com os pequenos partidos, de cunho marcadamente clientelista, que compunham a base política do governo Fernando Henrique

Cardoso, principalmente PP e PTB; e às restrições orçamentárias que limitam a iniciativa parlamentar na orientação dos gastos públicos, indispondo o Poder Legislativo com o Executivo. A ausência de uma base ideológica que proporcione dividendos políticos aos parlamentares e as limitações de sua atuação sobre os gastos públicos, dificultam o controle do parlamento pelo governo e ameaçam sua efetividade. Dois episódios são bastante expressivos das dificuldades da relação entre Poder Executivo e Parlamento. O primeiro, a esmagadora derrota do candidato do governo para a liderança na Câmara de Deputados, que tem entre as suas atribuições a determinação da pauta de votação. Severino Cavalcanti, um político inexpressivo, alcançou 60% dos votos, capturando em tons patéticos e folclóricos, por apelar ao clientelismo e aos interesses particulares dos deputados, o espaço político das queixas à baixa prioridade institucional do governo para com eles. O segundo, se refere às denúncias, lançadas contra o governo, de corrupção e de clientelismo político para a obtenção de uma maioria parlamentar que levaram até agora à demissão do Chefe da Casa Civil e o seu principal articulador político, José Dirceu. Estas denúncias, apesar de até aqui não comprovadas, ameaçam se transformar num escândalo de grande impacto político-eleitoral, exatamente porque contam a seu favor com a desconfiança popular, associada ao baixo grau de legitimidade do governo.

c) A organização de um bloco de poder alternativo: Este bloco é constituído por PSDB e PFL, núcleo da oposição neoliberal, que se cindiu nas eleições presidenciais de 2002. A derrota de velhos caciques regionais pefelistas e a maior projeção do PSDB

facilitam a definição das hierarquias na recomposição de forças que, somadas, alcançaram 28,5% do total de votos nas eleições municipais de 2004, um ligeiro decréscimo em relação aos 31,5% obtidos em 2000. Entretanto, o que potencializa as oposições, mais do que sua possível unicidade, é a desorganização do bloco vitorioso em 2002, que o governo Lula e a cúpula do Partido dos Trabalhadores, paradoxalmente, dirigiram. A candidatura do petista dificilmente seria vitoriosa em 2002, sem o apoio das forças populistas e nacionalistas que hoje se concentram, principalmente, no PMDB, mas também em pequenos partidos como o PDT e PPS. A ruptura com estes segmentos e a expulsão de parte da esquerda petista do Partido dos Trabalhadores, reunida, em grande parte no PSOL, enfraquecem a viabilidade eleitoral da reeleição.

O cenário político brasileiro deverá se encontrar, até as eleições presidenciais de 2006, num período de grande indefinição. A instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as denúncias de corrupção envolvendo membros da base aliada do governo dará o eixo do ataque da direita neoliberal e tradicional ao governo. Inconformada com a perda da hegemonia política e dos cargos de que desfrutava na máquina administrativa, ela busca restabelecer seu comando sobre o Estado, lançando uma para isso uma campanha histórica e moralista, similar local, em sintonia com sua força internacional, do terrorismo estadunidense de Bush. A relação de que ela dispõe com os grupos clientelistas que participavam da base aliada do governo, durante a gestão Fernando Henrique Cardoso, e que nela permaneceram durante o governo Lula, facilita a difusão de informações e a

proliferação de ataques e denúncias.

Diante deste desafio, o governo Lula se encontra, no momento, desarmado e, mantido o seu perfil, o desgaste fatal do projeto de hegemonia política petista é uma questão de tempo, podendo se cumprir antes —o mais provável— ou depois das eleições. Ao não romper com a política neoliberal do governo anterior, para dela diferenciar-se, possui apenas duas bandeiras: a primeira é a política externa independente; e a segunda, o combate à corrupção e a proibidade administrativa. A primeira, embora esteja sendo bastante bem executada por Celso Amorim, é limitada em seu alcance pelos condicionamentos que o alinhamento da política econômica aos organismos financeiros internacionais provoca. A segunda, tem sua credibilidade reduzida por ataques que sinalizam a tolerância ao nepotismo e a possível ilicitude dos meios de obtenção de uma maioria parlamentar que respalde as iniciativas do executivo.

A alternativa com maior probabilidade de êxito frente ao desgaste que se acumula é a ruptura da relação privilegiada com o capital financeiro. Lula poderia mobilizar o apoio do empresariado —em particular o mais voltado ao mercado interno— e dos sindicatos, além de lograr substancial adesão das camadas que sucumbem no desemprego e na precarização do trabalho. Esta alternativa, que foi colocada em marcha por Kirchner, tem lhe proporcionado altos níveis de popularidade, embora, uma vez retomado o crescimento econômico e reduzido o peso dos juros na economia, se tenha dificuldades para, nos marcos desta nova aliança, aprofundar a redução do desemprego e da pobreza, como revela a experiência argentina. Entretanto, não há sinais

efetivos de que se pretenda tomar este caminho que exigiria a renegociação política da dívida pública interna e externa e a reformulação das bases sociais do governo.

Diante de um cenário de desgaste institucional do sistema político pela adesão de suas principais estruturas partidárias a variações do neoliberalismo, abre-se o espaço às formas personalistas e populistas de mobilização para a construção de alternativas de poder. Apoiadas em maior ou menor grau em partidos políticos podem superar sua debilidade institucional de origem e dar lugar a uma reformulação do sistema político-partidário para dotá-lo de legitimidade. Mas para isso deverão priorizar o nacionalismo, o emprego e a luta contra a pobreza, dimensões desprezadas nos programas neoliberais.

O maior exemplo disso é a fundação de uma República Bolivariana, sob a liderança política de Hugo Chávez. Este, que em 1992 havia sido preso por tentar uma insurreição militar contra o neoliberalismo de Carlos Andrés Peres, chega ao poder em 1998, liderando, o então obscuro Movimento Quinta República, fundado em 1997 e, em 2000, convoca uma Assembléia Constituinte que aprofunda a democratização, a participação popular e restaura a legitimidade do Estado. Nestor Kirchner, por sua vez, se elege, em 2003, no âmbito de uma profunda crise do Partido Justicialista que apresentou três candidaturas independentes —entre elas a de Carlos Menem— e consegue posteriormente reunificá-lo. Já Lúcio Gutierrez, emerge do Movimento Revolucionário 21 de Janeiro, que se projeta durante as lutas sociais equatorianas contra a dolarização, mas ao se comprometer em sua gestão presidencial com o neoliberalismo e as oligar-

quias financeiras, é expurgado do poder por uma rebelião popular.

À esquerda brasileira cabe uma profunda reflexão sobre a experiência latino-americana para buscar a hegemonia na atual conjuntura histórica. Para ter êxito, num contexto de desgaste das estruturas partidárias, deverá ser capaz de elaborar um proje-

to nacional que estabeleça os marcos de uma grande aliança com as forças centristas, rompendo com as facilidades de um isolacionismo ideológico estéril ou de um pragmatismo às cegas, e situando como prioridade o desenvolvimento econômico e social, meta já abandonada pelo capitalismo em sua etapa neoliberal.